



Bebês “ocupantes” de pesquisas e cidades: reflexões sobre o direito à moradia e cuidado na cidade de São Paulo

Juliana Diamante Pito

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil

<http://orcid.org/0000-0003-0850-4249>

Introdução

O ano é 2022 e as conhecidas tempestades de verão que assolam o país no início do ano deixam marcas profundas, fazendo-nos acompanhar inúmeras tragédias e, com elas, as buscas por pessoas desaparecidas em deslizamentos e desabamentos de moradias. Em São Paulo, Brasil, dentre os corpos encontrados, estão um bebê¹, com três meses de vida, e outro com dois anos de idade. “Faltou visão de futuro” por quem construiu as casas em áreas de risco, disse o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro², o mesmo que vociferou a “insignificância” das mortes – causadas pelo vírus SARS-COV-2, que provoca a COVID-19³ – de mais de mil crianças, dentre elas, um terço de bebês de até um ano de idade⁴, na tentativa de desqualificar a campanha de vacinação contra tal doença nas crianças do país. No mesmo período, também em São Paulo, foi possível acompanhar em jornais e mídias sociais o padre Júlio Lancellotti, conhecido na cidade por sua atuação junto a pessoas que moram nas ruas, denunciando: “Vi um bebê na rua tomando água com maisena para poder matar a fome”. O bebê, com pouco mais de um mês de vida, e sua mãe haviam sido encontrados em uma barraca armada na calçada de um bairro na zona leste da cidade⁵. Lamentavelmente, esses casos não são exceções⁶.

Iniciar este artigo com tais episódios, infelizmente não isolados, é uma forma não apenas de denunciar, mas também de puxar fios possíveis, tantas vezes emaranhados nas tragédias vividas ao longo dos últimos anos no país, buscando colocar no centro do debate os bebês e suas vidas em grandes centros urbanos. Trata-se de um desafio, sobretudo quando encarado como forma de ver além de tais tragédias, para buscar também enxergar os modos como produzem suas infâncias em meio a elas e para além delas.

As reflexões propostas neste trabalho correspondem a um recorte de pesquisa de doutorado, em andamento, na área de Educação, com bebês que vivem com suas famílias em edifício ocupado por grupo ligado a um movimento social, o qual reivindica seu direito à moradia, na chamada ocupação. A pesquisa tem como objetivo conhecer o cotidiano de bebês em uma ocupação localizada na Avenida Ipiranga, na região entendida como centro da cidade de São Paulo, com vistas a compreender a produção de seus espaços e como ou de que maneira bebês se implicam na luta pela moradia, de forma a articular a discussão a um plano mais amplo, para refletir sobre

1 A utilização do termo “um bebê” ou “o bebê”, ao longo deste artigo, que parece remeter ao masculino genérico, não desconsidera o quanto a oposição binária masculino e feminino impacta a vida e experiência das crianças, desde bebês. A autora se posiciona contrária a tal oposição. No entanto, por ora, optou-se pela inclusão registrada nesse rodapé inicial.

2 Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-faltou-visao-de-futuro-a-atingidos-pelas-chuvas-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

3 Disponível em: <<https://istoe.com.br/bolsonaro-ironiza-morte-de-criancas-para-covid-19-e-um-numero-insignificante/>>; <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-diz-que-mortes-de-criancas-por-covid-no-brasil-sao-insignificantes/>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

4 Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/covid-19-bebes-de-ate-1-ano-representam-um-terco-das-mortes-infantis>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

5 Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/12/17/padre-julio-lancellotti-uol-news-17-de-dezembro.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

6 Segundo o *Censo da população em situação de rua*, realizado em 2021 pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo (SMADS), houve um aumento de 31% no número de pessoas vivendo nas ruas da capital paulista nos últimos dois anos, totalizando aproximadamente 31.884 pessoas (SÃO PAULO, 2021). Os dados estão disponíveis em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626>. Acesso em: 17 fev. 2022.

direito à cidade. Para isso, a pesquisa, de caráter etnográfico, acompanha o cotidiano de quatro bebês e suas famílias, dentro e fora da ocupação, em diferentes espaços da cidade, buscando identificar as relações, assim como regularidades e singularidades que caracterizam suas formas de viver e produzir tais espaços. No entanto, nos limites deste artigo, interessa-nos destacar um recorte bastante específico da investigação, trazendo a lume as reflexões construídas ao longo desse processo sobre bebês e cidade de forma mais ampla, reconhecendo a moradia como uma das principais facetas do direito à cidade, e formas de cuidado e espoliação que se entrelaçam cotidianamente em suas vidas.

Para tanto, consideramos fundamental discorrer sobre alguns tópicos, dentre eles: o que estamos compreendendo por bebês ou direito à cidade, o que faremos ao longo do texto. Por ora, anunciamos que compreendemos o direito à cidade como além do direito de passar ou transitar por ela; assim, no caso dos bebês, entendemos que esse direito vai além de ter um espaço especializado e circunscrito a eles, como tantas vezes é possível observar em shoppings ou em projetos cooptados por um mercado que só cresce nos últimos anos. Trata-se, minimamente, do reconhecimento da existência dos bebês na vida urbana, de seu papel na produção dos espaços da cidade e das diferentes relações estabelecidas por eles, que assim nos permite afirmar que ocupam diferentes lugares sociais em diferentes sociedades, como construção social, histórica e cultural, e, ao mesmo tempo, impede qualquer definição única e universal do ser bebê (COHN, 2005).

Assim, na pesquisa (e neste artigo), os bebês, por sua vez, são considerados “ocupantes”: presentes, junto aos adultos e demais crianças, ocupando e produzindo os espaços das cidades; ocupando lugares sociais, forjados pelos “Outros” (não bebês), que constituem ideias e concepções sobre eles; e ocupando epistemologicamente diferentes lugares em pesquisas nas diferentes áreas de conhecimento ao longo dos anos. Aqui, embora a palavra “ocupantes” apareça como forma de qualificar ou caracterizar tanto bebês que moram em ocupações quanto sujeitos de diferentes lugares sociais ou de pesquisas, não se trata de um uso banalizado da expressão, ao contrário: é forma de reconhecimento de histórias e significados diversos das palavras como componentes da cultura, nesse caso, especificamente da palavra “ocupação” e suas variações, que nos últimos anos têm demonstrado e denominado formas de luta, advindas especialmente dos movimentos internacionais de protesto chamados *Occupy*, que se posicionam contra o capitalismo e as desigualdades sociais dele decorrentes (GOBBI, 2016).

Como forma de apresentar e orientar as reflexões, o texto segue organizado em duas partes: a) a primeira, denominada *Bebês “ocupantes” das pesquisas*, apresenta uma breve revisão de pesquisas realizadas com e sobre bebês, buscando, a partir delas, identificar os lugares que eles ocupam em diferentes áreas do conhecimento; b) a segunda, por sua vez, denominada *Bebês “ocupantes” da cidade: reflexões sobre direito à moradia e ao cuidado*, apresenta, a partir de pequeno excerto do caderno de campo da autora, aproximações dos estudos de bebês com os estudos de movimentos sociais urbanos, em destaques aqueles que reivindicam o direito à moradia. Ressaltamos que se tratam de reflexões iniciais, resultantes de uma pesquisa em andamento e, conforme já citado, não temos, nos limites deste texto, a intenção de as esgotar. Ainda assim, são apontadas algumas questões a serem aprofundadas ao longo desta e em novas pesquisas, além de breves considerações obtidas até o momento.

Bebês “ocupantes” das pesquisas

O que estamos compreendendo por bebês? Se essa configura-se como questão inicial para se desenvolver uma pesquisa com ou sobre eles, a referência à compreensão social, histórica e cultural que nos afasta de qualquer definição única e universal sobre tais sujeitos, por sua vez, exige que apreendamos as concepções, ideias e sentimentos sobre o que se espera deles e o lugar que ocupam em determinada sociedade. No caso de uma pesquisa com bebês em ocupações, portanto, a pergunta assume novos contornos: afinal, como são compreendidos os bebês na ocupação? É exatamente na busca de elementos que possam nos ajudar a responder a tal questão que espraíamos a ideia do “bebê ocupante” para as pesquisas: uma forma de buscar, por meio da revisão de literatura, compreender o que já sabemos sobre bebês e os diferentes lugares (ou não lugares) ocupados por eles em produções acadêmicas, em diferentes áreas de conhecimento.

Tal revisão, realizada inicialmente a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e do banco de dados SCIELO, foi dividida em “blocos”, sendo o primeiro deles entre os meses de dezembro de 2019 a março de 2020, utilizando os seguintes descritores: bebês, crianças pequenas e crianças de 0 a 3 anos. Foram lidos os resumos e selecionados para leitura na íntegra o total de 28 trabalhos que consideravam os bebês como sujeitos de pesquisa, excluindo pesquisas que correlacionavam outras temáticas, tais como relações com as mães, processos de amamentação, patologias, pós-parto, temas comuns no campo da Psicologia ou à formação de professores, currículo e práticas pedagógicas comuns no campo da Educação. Dentre os trabalhos selecionados para leitura na íntegra, 12 deles foram realizados no campo da Psicologia e 18 na Educação, áreas que concentram o maior número de pesquisas a partir destes descritores.

O segundo bloco da revisão, realizado ao longo do ano de 2020, seguiu em busca de referências citadas nesses próprios trabalhos selecionados e lidos, que de alguma forma apresentam contribuições teóricas e metodológicas para pesquisas com bebês, em sua maioria do campo das Ciências Sociais, com destaque para áreas como Sociologia da Infância e Antropologia da Criança.

Por fim, o que consideramos ser o terceiro bloco dessa revisão foi realizado no primeiro semestre de 2021, a partir do descritor infância e cidade, quando foram identificadas 17 pesquisas, que sob diferentes perspectivas teóricas e utilizando-se de diferentes aportes metodológicos, buscam articular as diferentes manifestações das crianças a decorrentes temas urbanos, tais como: espaços e lugares, mobilidade, políticas públicas, desigualdade social, violência urbana, diferentes formas de viver na cidade, mas que não incluem os bebês, pois estes não aparecem como sujeitos em nenhuma delas. Por isso, ainda nesse terceiro bloco, foram ampliadas as buscas em dossiês temáticos e capítulos de livros, nos quais foram encontradas três produções que se propõem articular os bebês às questões urbanas, ora se referindo ao seu direito à creche, ora à mobilidade e à chamada Sociologia Urbana. Neste artigo, optamos por apresentar algumas breves considerações que caracterizam, de certa forma, um panorama de questões teóricas e metodológicas das pesquisas sobre e com bebês.

No Brasil, é possível identificar nos últimos anos um aumento significativo de pesquisas sobre crianças e infâncias no chamado campo dos Estudos da Infância e da Criança⁷. No entanto, há de se reconhecer, tal qual apresenta a antropóloga Alma Gottlieb (2009), que o fato de enfocar a infância nem sempre significou ter os/as bebês como foco. Historicamente, bebês configuraram-se como objetos de estudos das Ciências da Saúde, em especial da Medicina, da Pediatria e da Psicologia, em geral por razões atreladas à estrutura social e política da sociedade ocidental. Tais pesquisas, ainda que raramente contemplassem povos indígenas ou comunidades camponesas latino-americanas, por exemplo, constituindo-se como “porta-vozes” de valores eurocêntricos de famílias e de infância (DE GRANDE; REMORINI, 2019), teriam contribuído para construção e manutenção da ideia de um “bebê biológico” (CUZZIOL, 2013), dependente, indefeso, incapaz, caracterizado pelas necessidades vitais e desenvolvimento universal, com características determinadas pelas idades e etapas de desenvolvimento.

A busca por pesquisas recentes a partir do descritor “bebês” evidencia a predominância de produções na área da Psicologia, mas com aumento significativo daquelas produzidas na área da Educação. Nos últimos anos, as pesquisas no campo da Psicologia passaram a considerar seus diferentes contextos sociais, históricos e culturais, rompendo com análises generalistas e universais que corroboram, nesse sentido, com indicativos para se pensar a forma como diferentes grupos sociais definem e realizam suas práticas sociais com bebês. No campo da Educação, por sua vez, as investigações, apesar de estarem quase sempre restritas às instituições, com a maioria delas realizadas em creches, evidenciam a capacidade de construção de estratégias interativas e comunicativas dos bebês com adultos, crianças, incluindo outros bebês, revelando a importância das relações tecidas com eles e a partir deles e sua competência de agir, participar e constituir sentidos por meio delas. Ainda assim, cabe ressaltar que apesar de estarmos discutindo e aprendendo muito sobre e com bebês, respectivamente, o fato de a maioria das pesquisas estar circunscrita às instituições, em especial às creches, acaba por limitar os conhecimentos sobre suas relações além delas (COUTINHO, 2010), desconsiderando, nesse sentido, relações mais amplas e estruturais que envolvem suas vidas, de forma que as análises se tornam insuficientes para que eles possam ser compreendidos socialmente.

Do mapeamento realizado, cabe também destacar o legado teórico e epistemológico de Rosemberg (2012, 2015) que dedicou parte importante de suas pesquisas e produções acadêmicas a análises mais amplas sobre os bebês enquanto sujeitos sociais e de direitos, configurando os chamados *Estudos sobre a cidadania dos bebês*. Suas contribuições têm como base a ideia de que bebês constituem um tempo social discriminado pela sociedade, na gestão e nas políticas públicas. Em muitas de suas produções, a autora chama a atenção para o silenciamento sobre eles em reflexões acadêmicas e ações políticas.

7 Os Estudos da Infância e os Estudos da Criança podem ser compreendidos como campos de intersecções entre disciplinas e questionamentos sobre a infância nos anos iniciais da vida. Como campos interdisciplinares, compartilham o mesmo objeto de estudos, ainda que por perspectivas diferenciadas (conceitual nos Estudos da Infância e “aqui e agora” nos Estudos da Criança), mas, em geral, com pressupostos comuns: “a centralidade da criança na investigação; a alteridade infantil; a dimensão geracional; e o caráter interdisciplinar da investigação com crianças” (BARBOSA; DELGADO; TOMÁS, 2016, p. 109).

Rosemberg (2015) destaca a importância de compreendermos a forma como as crianças adentram as discussões nas esferas públicas e o lugar que ocupam na arena de debates e negociações das políticas públicas, ressaltando, no caso do Brasil, por exemplo, que a garantia legal de proteção do direito das crianças e reconhecimento de seu estatuto de sujeito – previstos na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) – na prática, não sanam a dívida decorrente das desigualdades e do acesso aos direitos sociais a tantas delas, por exemplo, quando consideramos o direito à moradia.

Por sua vez, Rosemberg e Mariano (2010) evidenciam as relações de idade como categoria analítica útil para se compreender a produção e sustentação das desigualdades sociais, entendendo a delimitação das etapas de vida como construção social, que, no ocidente, hierarquiza idades e acaba por valorizar o padrão adulto (e masculino), ligado à produção de riquezas e não reprodução da vida.

Além desse debate mais amplo que aponta questões para a reflexão sobre o lugar social ocupado pelos/as bebês no Brasil, Rosemberg e o grupo por ela coordenado (NEGRI)⁸ também apresentam contribuições, com pesquisas que investigaram concepções, sentidos e os discursos constituídos sobre bebês para diferentes grupos sociais, apontando a predominância de uma imagem de bebê frágil, imatura e dependente dos adultos, sendo geralmente diferenciados das chamadas crianças pequenas pela classificação etária (acima de 2 anos seriam considerados crianças pequenas), assim como também pela competência de andar, falar e se comunicar melhor com adultos (SANTOS, 2012; SANTOS, 2015; SILVA, 2014; TORRES, 2013). Os resultados também indicam a prevalência da associação dos/das bebês aos espaços privados, em especial aos domésticos e à imagem da creche como um espaço de cuidado destinado apenas às famílias que não contam com alternativas para seus cuidados. De forma ampla, as/os pesquisadoras/es destacam como a ideia de fragilidade, do não reconhecimento no espaço público, assim como relativização do direito à creche (e demais direitos) podem incidir em baixo reconhecimento social dos bebês enquanto sujeito de direitos.

Já no campo das Ciências Sociais, foi possível identificar vasta discussão sobre o fato de as teorias sociológicas clássicas apenas se referirem às crianças com foco nos processos de socialização, desconsiderando possibilidades de ação ou interferências na estrutura social. Na Antropologia, por exemplo, conforme destaca Cohn (2005), as crianças, por muito tempo, não foram consideradas relevantes, e ainda que tenham sido contempladas em algumas pesquisas das clássicas escolas antropológicas, foram muito mais de forma “acidental” do que como categoria central de análise. Assim, ao longo dos anos, as crianças sofreram com a falta de visibilidade nas Ciências Sociais, e tanto a Sociologia da Infância quanto a chamada Antropologia da Criança nascem como respostas a tal questão.

Nesse sentido, uma nova visão da infância é agregada às ideias já presentes nas escolas de pensamento sociológico, inaugurando na década de 80 um movimento que resultará no chamado “novo paradigma da infância” (JAMES; PROUT, 1990). Desde então, é possível acompanhar avanços constantes no que tange à compreensão dos conceitos de infância e criança a partir da perspectiva social. No geral, as pesquisas passam da preocupação inicial com os processos de socialização à compreensão da infância como perspectiva analítica. Essa “nova” concepção, que considera as crianças ativos e competentes, participantes e agentes de uma rede de relações que vai além da família e da escola, passa também a

8 O NEGRI (Núcleo de estudos de Gênero, Raça e Idade) foi vinculado ao Programa de Estudos e Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

se constituir como principal aporte teórico e metodológico das pesquisas com bebês, sobretudo aquelas realizadas no campo da educação, por exemplo, ainda que estudos, como o de Barbosa, Delgado e Tomás (2016), apontem para o risco de tal predominância desconsiderar as especificidades do “ser bebê”.

Nos estudos antropológicos, em especial, é possível observar, conforme também destacou Gottlieb (2009), muitas referências aos bebês como passagem, mas poucos como sujeitos próprios de pesquisa. No entanto, na busca por pesquisas realizadas com crianças – com uma lupa para identificar aquelas com bebês –, encontramos, na obra de Mendonça (2010), trabalhos interessantes de Mead (1942,1951), dentre eles e respectivamente: *Balinese character: a photographic analysis*, e *Growth and culture: a photographic study of Balinese childhood*. Nesses trabalhos, a autora busca compreender o significado de ser criança ou adolescente em outras realidades socioculturais, apresenta elementos importantes para pesquisas com eles, de certa forma inaugurando um modo de estudá-los, com observação e participação contínua em seu dia a dia, além de evidenciar como cada cultura cria, a seu modo, as tessituras sociais, lugares e papéis sociais dos sujeitos, demonstrando a existência de diversidades e regularidades em torno dos/das bebês e de suas experiências em contextos culturais particulares (MEAD, 1942, 1951 apud MENDONÇA, 2010).

Entre as décadas de 70 e 90, Gottlieb (2012) desenvolveu um importante trabalho sobre a cultura dos recém-nascidos no oeste da África, mais precisamente com os bebês Beng, da Costa do Marfim, desafia a suposição de existência de um padrão, visando apresentar um modelo alternativo de bebê, que é construído pela cultura. Sua pesquisa também apresenta importantes questões sobre metodologia e em destaque a defesa da construção de uma *Antropologia de bebês* e de seus cuidadores, com elementos fundamentais para se pensar as relações entre estrutura, ação e agência e a própria definição do que estamos compreendendo como bebês. Nesse sentido, cabe enfatizar a importância das teorias sociais que apontam caminhos intermediários (GOTTLIEB, 2012), que reconhecem as crianças, desde bebês, como atores sociais, como agentes, como sujeitos relacionais, mas também evidenciam que há estruturas que impactam diretamente em suas vidas que não podem ser desconsideradas; tais considerações devem se constituir como pilares teóricos e metodológicos fundamentais na pesquisa com bebês na ocupação.

Enfim, ainda como forma de compor a reflexão sobre o lugar ocupado por bebês nas pesquisas, dedicamo-nos, também, a investigar aquelas desenvolvidas sob a temática infância e cidade, que apesar de não se constituir como área, campo ou linha de pesquisa, tem crescido nos últimos anos no país. No geral, as pesquisas têm se dedicado a “ouvir” as crianças sobre suas experiências com a cidade, seus pontos de vistas, desejos e necessidades, ampliando as possibilidades metodológicas por meio de entrevistas, fotografias, desenhos, recursos tecnológicos, como o uso de GPS, etc. A amplitude dessas produções, ao mesmo tempo que indica um importante movimento de consolidação da temática, aponta também a necessidade de novas pesquisas que aprofundem as discussões sobre as relações das crianças com a cidade, processos de urbanização e a produção das desigualdades sociais, em especial quando consideramos questões raciais, de gênero e etárias. Em vista disso, cabe ressaltar o quanto os/as bebês ainda estão pouco incluídos neste debate, isso quando são considerados, como no caso da pesquisa de Gil e Vasconcellos (2018), em que os bebês aparecem correlacionados ao espaço da creche, uma vez que as autoras trazem para o debate a fundamental questão sobre o acesso de bebês à creche na cidade do Rio de Janeiro. Já Gobbi, Leite e Pito (2019) destacam a possibilidade de diálogo entre a Sociologia Urbana e os estudos dos bebês, instigando-nos a refletir sobre como as crianças, desde bebês, à sua maneira, produzem a cidade e são produzidas por ela, atentando-nos às suas diferentes formas de atuação com corpos, gestos, olhares e choros presentes.

Assim, se nesse breve mapeamento encontramos “pistas”, indícios que podem nos ajudar a compreender o lugar ocupados por bebês em pesquisas ao longo dos anos, seguimos com reflexões que possam nos auxiliar a responder o que de fato sabemos sobre eles quando consideramos especificamente os contextos urbanos, ou, neste caso, o que sabemos sobre bebês “ocupantes” da cidade. Tais reflexões serão tecidas a partir da aproximação dos estudos de bebês com os estudos urbanos, tendo como mote o caso específico de uma bebê, moradora de uma ocupação.

Bebês “ocupantes” da cidade: reflexões sobre direito à moradia e ao cuidado

Algumas vezes acompanho Vitória⁹ em seu caminho diário até a creche. Vitória é levada no carrinho de bebê pela avó. Saímos da ocupação pontualmente às 7:00. Seguimos pela Avenida Ipiranga até a região da Luz... Pelo caminho, é possível observar muitas pessoas dormindo nas calçadas... sua avó, seguindo seu destino, desvia de muitas delas; as rodinhas do carrinho tiram “finas” de muitos pés... pés descalços marcados pelo abandono social, pela pobreza, pela drogadição que tanto aflige a região. Enquanto observo isso, observo também Vitória “cantarolando” e fazendo gestos com as mãos, alegremente... uma espécie de balbúcio de músicas e movimentos que parece ter aprendido na creche... (Caderno de campo da autora, dezembro de 2021).

Vitória tem dois anos e mora com a avó em uma ocupação. É um dos quatro bebês participantes da pesquisa aqui referenciada. Todos os dias vai à creche¹⁰, uma instituição pública conveniada com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, seguindo da Avenida Ipiranga, onde mora, até a praça da Luz. Um caminho de aproximadamente 1,5 km, feito a pé, com a avó empurrando seu carrinho de bebê. Acompanhá-las ao longo desse trajeto foi uma das estratégias, que se soma a outras adotadas na pesquisa, tais como a realização de entrevistas e oficinas/encontros com as crianças na ocupação, mas que especificamente permite o encontro físico da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa, com o urbano, o que possibilita e instiga a conversa entre elas e propicia observar, em movimento, a interface desses corpos com os espaços da cidade. Neste sentido, optamos por destacar esse breve excerto para tecer reflexões sobre a presença de Vitória e de sua avó na cidade, mas não só: também como forma de pensar sobre a estrutura e condições sob as quais constroem suas vidas.

Tanto a Avenida Ipiranga, como a região em que se localiza a Praça da Luz, no bairro da Luz, são bastante conhecidas na cidade e compõem o chamado centro de São Paulo, escolhida como palco da pesquisa aqui mencionada. São Paulo é a maior e mais populosa cidade do Brasil – aproximadamente 11,9 milhões de habitantes (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISES DE DADOS, 2021) –, atualmente reconhecida como a mais rica e que mais cresce no país (IBGE, 2019), mas que carrega as marcas de seu processo de industrialização e urbanização de natureza conservadora, reverberadas em segregação, racialização e conflitos, assim como também

9 Nome fictício.

10 No município de São Paulo, onde se realiza esta pesquisa, as instituições que atendem as crianças de 0 a 3 anos são denominadas Centros de Educação Infantil (CEIs). No entanto, optamos por utilizar a palavra creche, conforme determinação legal (BRASIL, 1998; BRASIL, 1996).

em resistências de diferentes ordens, que acabam por configurar em complexidade proporcional a sua grandeza. A região citada é bastante reveladora disso: nela, de forma mais ampla, estão localizadas praças, parques, prédios sedes de departamentos públicos, construções históricas, rede de transporte que compõem o principal entroncamento metropolitano do município, escolas, equipamentos de saúde, importantes equipamentos culturais, mas também, junto dela, a região conhecida popularmente como *Cracolândia*¹¹, com a presença de muitos dependentes de drogas, pessoas em situação de rua, moradores de cortiços, prédios ocupados, vendedores ambulantes, deflagrando o que Maricato (2015) chamou de uma “verdadeira guerra de classes”. Nessa área, sob a pecha da revitalização, o embate com o poder público é constante, muitas vezes legitimando intervenções violentas, excludentes e higienistas que ignoram a presença de pessoas, várias delas, que ali vivem, inclusive as crianças, desde bebês.

As pessoas com as quais Vitória e a avó se deparam ao longo de seu trajeto diário, muitas vezes dormindo sob papelões e barracas nas calçadas, são o retrato da cidade compreendida como mercadoria, pelo seu valor de troca, distante de administrações e utilizações democráticas do capital, que assim reverberam em complexos problemas urbanos de ordens históricas e estruturais, que não serão sanados sem transformação do sistema social, econômico ou político. Para Kowarick (1993), não há como discutir a cidade sem considerar que o crescimento econômico, pautado nos processos de acumulação do capital, reflete na pauperização de vastas parcelas das classes trabalhadoras, em diferentes formas de exploração tecidas desordenadamente, resultando no processo nomeado por ele como espoliação urbana, que pode ser compreendido como de extorsão, de retirada de direitos, que atinge diretamente as camadas populares, em seus diferentes atores, incluindo as crianças.

A própria paisagem pela qual Vitória transita diariamente revela como o “direito à cidade”¹² está longe de ser garantido a todos e todas que a ela produzem, incluindo ela, bebê, moradora de uma ocupação. Trazendo a lume a questão da moradia, por exemplo, enquanto há milhares de pessoas dormindo nas ruas, morando em favelas, cortiços ou em lugares impróprios, muitos prédios e terrenos permanecem vazios, inutilizados, deixando de cumprir sua função social. No centro da cidade de São Paulo muitos deles mantêm-se assim, a serviço da valorização imobiliária e da expectativa do aumento de seu valor de mercado.

Vitória, assim como tantas outras crianças e adultos que fazem parte de movimentos sociais urbanos, que unificam lutas por pautas específicas que evidenciam resistência e mobilização por direitos, ocupa exatamente como resposta à falta de moradia: não há garantia de direito à cidade sem a possibilidade de morar de forma digna e segura nela. Assim, ainda que a moradia não seja o único direito previsto legalmente e desconsiderado na prática no país, ao contrário, ela se une à não garantia do direito à educação, à saúde, ao lazer, sem ela não há vivência plena da cidade à parte considerável da população. A moradia é uma das necessidades mais básicas do ser humano, é direito previsto tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos

11 A região conhecida como *Cracolândia*, ou *Terra do Crack*, *Lugar do Crack*, localiza-se nas imediações das Avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero, Rua Mauá, Estação Julio Prestes e Praça Princesa Isabel. É assim conhecida pelo tráfico de drogas e a presença de muitos usuários na região, enfatiza representações estigmatizantes atreladas ao centro da cidade de São Paulo, principalmente pela mídia impressa e televisiva, conforme apontaram Frúgoli Junior e Spaggiari (2010), desconsiderando as diferentes formas de viver na região.

12 A expressão “direito à cidade”, cunhada originalmente por Henri Lefebvre em 1968, com a publicação do livro *Le droit à la ville*, surge como crítica às consequências do processo de urbanização que culmina na cidade compreendida como mercadoria e pelo seu valor de troca, revelando, nesse sentido, o negativo da vida urbana, imersa na alienação. Desta forma, para o autor, reivindicar o direito à cidade seria, portanto, reivindicar a criação e a plena fruição do espaço social.

(ONU, 1948), quanto, no caso do Brasil, na Constituição Federal, em seu artigo 6º (BRASIL, 1988), o que significa reconhecer que é dever do Estado proporcionar moradia a todos os cidadãos e cidadãs, desde bebês, garantindo que ela seja adequada a seu desenvolvimento integral. No caso das crianças, em especial, o direito à moradia também está implicitamente reconhecido no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), ao tratar do direito à vida, à saúde, à intimidade e à integridade pessoal. No entanto, dados da PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2017), apontam que o país tem um déficit habitacional da ordem de 7,7 milhões de moradias, sendo 358 mil em São Paulo, segundo o Plano Municipal de Habitação da Cidade (SÃO PAULO, 2016). Com base nesse cenário, é fundamental enfatizar o quanto bebês, como sujeitos relacionais, são afetados por isso. Tal como ressaltam Saraiva e Carneiro (2021), bebês são afetados cotidianamente por tudo o que está a sua volta, para muito além do espaço-tempo do corpo de seus cuidadores e cuidadoras, incluindo aqui, e em destaque, a falta de moradia. Nesse sentido, ainda que compreendamos o direito à cidade como além de um conjunto de políticas setoriais, a urgência e a necessidade da garantia de sobrevivência cotidiana exigem que, mais do que considerarmos a moradia como uma de suas principais facetas, precisamos considerá-la também como elemento fundamental das políticas de cuidado, que permitem a manutenção e a continuidade de suas vidas.

A falta da moradia e a ausência de políticas adequadas de acesso a ela de forma digna levam muitas famílias a viverem em barracas nas calçadas, a construírem em áreas de risco ou a ocuparem, e isso passa longe de ser resultado da “falta de visão de futuro”, tal qual vocifera o atual presidente da república do Brasil. No caso da família da Vitória, por exemplo, que junto a tantas outras, também ligadas a movimentos sociais, ocupou um prédio ocioso no centro da cidade de São Paulo, significa também escancarar sua ociosidade: são imóveis que não cumprem função social e, no geral, estão lacrados, cheios de entulhos, lixos e infestados por pragas e insetos, a serviço da especulação imobiliária, bem como explicita o desrespeito ao direito do cidadão ao espaço, previsto também no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Essa lei, de certa forma, impõe limites sobre o desenvolvimento privado do solo, sobretudo quando inclui o direito do povo à moradia social e à possibilidade de se utilizar imóveis vazios e que não cumprem função social para isso. Trata-se, como reforça Maricato (2015), de assegurar o direito à moradia como absoluto e de relativizar o direito à propriedade. Nesse sentido, ocupar é estratégia e instrumento legítimo de luta, que visibiliza a especulação imobiliária e a denúncia, conferindo a ela outro status: “é mais que injustiça, é crime” (PATERNIANI, 2013, p. 73). Para Helene (2009), é também um ato de contestação e confronto, exatamente porque o indivíduo desloca-se de seu papel de explorado e pagador de aluguel de propriedade alheia para um sujeito parte do processo de decisão e gestão de seu espaço de moradia e convívio. Assim, a ocupação une pessoas, até então separadas em suas lutas cotidianas pela sobrevivência, em um mesmo espaço, construído por elas e de acordo com o que acreditam e/ou necessitam coletivamente.

Além disso, ainda que as rodinhas do carrinho de Vitória esbarrem nos pés das pessoas em situação de rua e, de certa forma, disputem com ela esse espaço, ao ocupar para morar no centro da cidade de São Paulo, a bebê também tem acesso aos serviços públicos de educação, saúde, transporte, em contraposição a áreas mais afastadas, que, ao contrário, impedem ou dificultam tais acessos. Isso, para ela, significa, por exemplo, ter garantido o seu direito à matrícula em creche em um município no qual a última divulgação de dados da Secretaria Municipal de Educação, em novembro de 2021, apontava para aproximadamente 28 mil crianças de 0 a 3 anos na fila de espera por uma vaga em instituição pública¹³, em sua maioria moradoras das periferias das cidades. “Aqui, não faltam vagas”, relata a avó de Vitória ao longo de sua caminhada diária à creche.

13 Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2021/11/um-ano-apos-prefeitura-dizer-que-zerou-fila-da-creche-ao-menos-28-mil-criancas-aguardam-vaga/>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

Dessa forma, para bebês como Vitória, ocupar, junto a suas cuidadoras e cuidadores, um prédio ocioso no centro da cidade é mais do que ter acesso à moradia e ter garantido um lugar para seus cuidados mais imediatos: é ter acesso a uma rede comunal de cuidados, nesse caso, materializada na creche. Assim, ela indiscutivelmente representa a garantia do direito dos bebês à educação (BRASIL, 1988, 1996) e corresponde ao compartilhamento ampliado dos cuidados com as famílias, muitas delas constituídas e sustentadas por mulheres, cumprindo, portanto, um duplo propósito social: educar e cuidar das crianças e, ao mesmo tempo, enfrentar as desigualdades sofridas pelas mulheres.

Não por acaso, Vitória é levada todos os dias à creche por sua avó. Sua presença, assim como muitas outras mulheres, evidencia a prevalência delas não só no cuidado das crianças, mas também à frente dos movimentos sociais de luta por moradia. Na pesquisa aqui referenciada, ao chegar às ocupações em busca dos bebês, encontramos junto deles as mulheres – mães, avós, tias, vizinhas – e interessa-nos destacar algumas questões sobre isso. Para Helene (2009, 2019), a predominância feminina no movimento de luta por moradia é ocasionada exatamente pelo processo de feminização da pobreza no país, acentuada ainda mais quando nos referimos às mulheres negras. Nesse sentido, é fundamental a compreensão das bases históricas que estruturam a sociedade urbana de acordo com a divisão sexual do trabalho, renegando às mulheres diferentes formas de exploração e exclusão social. Vinculadas aos espaços privados, sujeitas à dupla jornada de trabalho e à responsabilização pelas atividades de cuidados ou demais atividades relacionadas às esferas reprodutivas, as mulheres têm suas vidas diretamente afetadas pelos problemas urbanos, sobretudo aqueles relacionados à mobilidade, à falta de equipamentos, à falta de estrutura e, conseqüentemente, à falta da moradia.

No entanto, essa entrada no movimento, que surge a princípio como possibilidade diante de um conjunto de vulnerabilidades a que estão submetidas, acaba resultando em diferentes formas de ver a si mesma, a sociedade, a relação com o Estado e os espaços públicos, bem como diferentes formas de viver relações pessoais nas esferas da vida privada, incluindo, nesse caso, a criação de seus filhos e filhas, desde bebês, tantas vezes compartilhada entre elas. Empenhamo-nos nesse destaque exatamente por considerarmos haver nesse processo uma contraposição ao modelo euro-americano da mãe como única e exclusiva cuidadora do bebê (GOTTLIEB, 2012), aproximando-se muito mais da ideia do cuidado como prática coletiva, compartilhada com a avó, por exemplo, do que responsabilidade individual. Nesse sentido, enfatizamos o quanto é fundamental reconhecermos as diferentes práticas de cuidado de bebês, em diferentes grupos sociais, já que o cuidado se constitui como ato social e cultural, mas também necessário para refletirmos sobre elas a partir de perspectivas que vão além das demandas mais imediatas dos bebês e que estão associadas a eles à medida que constituem suas relações.

Por fim, destacamos que em seu caminho diário, Vitória passa por avenidas, carros e ônibus, buzinas, trabalhadores e trabalhadoras que seguem apressadamente aos seus destinos, usuários de drogas, pessoas em condição de rua, adormecidas nas calçadas limitando o espaço de passagem à medida do seu carrinho. Mas desse cenário interessa-nos ainda um destaque: no retrato daquela que “não pode parar”, conforme tanto se fala sobre São Paulo, Vitória “tensiona” (GOBBI; LEITE; PITO, 2019) e impõe a presença de seu corpo, de suas vozes, de seus gestos e de seu tempo a ela, à medida que cantarola, faz gestos, observa e aponta o dedo em riste à avó, mostrando sua personagem favorita impressa no caminhão que passa rapidamente por ela. Assim, indo ao encontro das ideias propostas por Certeau (2014), de que a prática da caminhada é uma das principais formas de realização e apropriação dos espaços da cidade, vimos na experiência de Vitória, ainda que levada no carrinho, possibilidades de relações e movimentos com a cidade que ocorre, sobretudo, por meio de suas expressividades corpóreas.

Na São Paulo da “disputa” e da “luta de classe” o reconhecimento do bebê e das relações por e com ele estabelecidas é também forma de interrogar “sua invisibilidade política e revelar os ruídos da sua silenciosa insurgência” (GOBBI; LEITE; PITO, 2019, p. 514). A bebê, que vive as agruras do dia a dia com a sua família, canta pelo caminho, sorri ao chegar à creche, abraça calorosamente a educadora e leva a mão à boca, mandando um beijo afetuoso à avó ao se despedir dela, e essas constituem-se também como importantes experiências, produtoras de sua infância, reveladoras do lugar que ocupam na cidade e, principalmente, produtoras de outras temporalidades e relações cidadinas.

Considerações finais: bebês ocupam lugares em pesquisas e cidades, mas os vemos?

Neste artigo, propusemos trazer ao centro do debate os bebês dos grandes centros urbanos, reconhecendo como questões amplas e estruturais afligem suas vidas e impactam os modos como produzem suas infâncias. Para isso, apresentamos reflexões que compõem parte de uma pesquisa de doutorado, em andamento, sobre bebês em uma ocupação de moradia. O texto foi organizado em duas partes: na primeira buscou-se evidenciar a presença de bebês em pesquisas e produções de diferentes áreas de conhecimento, como forma de dar visibilidade às construções teóricas e metodológicas que, de certa forma, contribuem com elementos que podem nos ajudar a compreender os diferentes lugares ocupados por eles para diferentes grupos sociais e, ao mesmo tempo, para o avanço e desenvolvimento de outras possíveis pesquisas com e sobre bebês. A segunda, por sua vez, a partir de excerto de caderno de campo, trouxe a lume a presença de uma bebê na cidade, em companhia da avó, a luta pela moradia, buscando refletir sobre a complexidade de suas vidas nos espaços urbanos: o morar no centro da cidade, a espoliação, a desigualdade, o acesso a serviços públicos, o cuidado compartilhado, as mulheres, a creche e as possíveis temporalidades.

Cientes de que essas reflexões não se esgotam facilmente, destacamos que considerar a relação entre bebês e cidade é, fundamentalmente, reconhecer a presença de todos que estão nela: bebês imigrantes, indígenas, moradores da periferia, de barracas nas ruas, das ocupações; conhecer a forma como são compreendidos e o que se espera deles nestes contextos; reconhecer que, como sujeitos relacionais, as desigualdades de gênero, classe, raça que afetam adultos, conseqüentemente, de forma direta, também afetam suas vidas, mas que em meio a tudo isso tem um sujeito que segue com olhar atento e curioso, “cantarolando” em seu caminho à creche.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, M. C. S.; DELGADO, A. C. C.; TOMÁS, C. A. Estudos da infância, estudos da criança: quais campos? Quais teorias? Quais questões? Quais métodos? **Inter-Ação**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 103-122, jan./abr. 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF, 1990.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, 1996.
- _____. Estatuto da Cidade. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Brasília, DF, 2021.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. 21. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- COUTINHO, A. S. **A ação social dos bebês: um estudo etnográfico no contexto da creche**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos da Criança Especialidade em Sociologia da Infância) – Universidade do Minho, Portugal, 2010.
- CUZZIOL, A. P. G. **“Pequenos-gigantes” entre si: Notas etnográficas acerca da capacidade e da disponibilidade dos BEBÊS em viver socioculturalmente**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- DE GRANDE, P.; REMORINI, C. É um bebê! Olhares das Ciências Sociais sobre os primeiros anos de vida. **Desidades**, Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude, Rio de Janeiro, n. 25, ano 7, out./dez. 2019.
- FRÚGOLI JUNIOR, H.; SPAGGIARI, E. Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz. **Ponto Urbe**, Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISES DE DADOS. Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. **SEADE municípios**. 2021. Disponível em: <<https://municipios.seade.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- GIL, M. O. G.; VASCONCELLOS, V. M. R. de. Bebês nas creches e nos espaços urbanos cariocas. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 241-249, set. 2018.
- GOBBI, M. Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 2, p. 9-24, jul./dez. 2016.
- GOBBI, M.; LEITE, M. S.; PITO, J. D. Sociologia Urbana e os Bebês: conversas (im)pertinentes, ou a silenciosa insurgência das crianças pequenas. In: TEBET, G. (Org.). **Estudos de bebês e diálogos com a Sociologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 493- 517.
- GOTTLIEB, A. Para onde foram os bebês? Em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores). **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 313-336. jul./set. 2009.
- _____. **Tudo começa na outra vida: a cultura dos recém-nascidos no Oeste da África**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.
- HELENE, D. **A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- _____. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Caderno Metrôpole**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019.
- IBGE. **Cidades e Estados**, 2019. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**, 2017. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- JAMES, A.; PROUT, A. (Orgs.). **Constructing and reconstructing childhood**. Basingstoke: The Falmer Press, 1990.
- KOWARICK, L. **A Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.
- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MENDONÇA, J. M. de. Margaret Mead, Bali e o Atlas do comportamento infantil: apontamentos sobre um estudo fotográfico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 34, ano 16, p. 315-348, jul./dez. 2010.
- ONU. **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**, 1989. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- _____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- PATERNIANI, S. Z. **Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- ROSEMBERG, F. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. BENTO, M. A. S. (Org.). São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades/CEERT, 2012. p. 11-46.
- _____. São Paulo, uma cidade hostil aos bebês. In: ARTES, A.; UNBEHAUM, S. **Os escritos de Fúlvia Rosemberg**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 210-215.
- ROSEMBERG, F.; MARIANO, C. L. S. A Convenção Internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 693-728, set./dez. 2010.
- SANTOS, A. C. **Discurso sobre bebê e creche na propaganda eleitoral de 2012 no município de São Paulo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SANTOS, C. P. dos. **Discursos sobre creche no Jornal Folha de S. Paulo online (1994-2009)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SÃO PAULO. Plano Municipal de Habitação de São Paulo. **Projeto de Lei nº 619, de dezembro de 2016**. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/20161221_PMH_PL_bxa.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- _____. **Censo da população em situação de rua**. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- SARAIVA, M. R. O; CARNEIRO, R. G. Bebês e políticas de cuidado em tempos de pandemia. In: **Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do podcast ao livro**. GOBBI, M. A. G.; PITO, J. D. (Orgs.). São Paulo: FEUSP, 2021. p. 192-201.
- SILVA, M. L. da. **Discursos de mães negras sobre educação e cuidado de crianças de até três anos de idade**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- TORRES, M. E. A. **Discursos de avós sobre o bebê, sua educação e cuidado**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

RESUMO Este artigo, recorte de uma pesquisa de doutorado, em andamento, na área de Educação, tem por objetivo conhecer os cotidianos de bebês em uma ocupação localizada no chamado centro da cidade de São Paulo, Brasil. Este texto, em especial, parte da ideia de bebês como “ocupantes” e apresenta breve revisão de literatura, com vistas a identificar o lugar que os mesmos ocupam nas pesquisas, em diferentes áreas de conhecimento, além de realizar considerações sobre o lugar que ocupam na cidade. O trajeto diário de uma bebê – moradora de uma ocupação do centro de São Paulo – até a creche é tomado como mote para reflexão sobre direito à cidade e à moradia, bem como ao cuidado e às distintas formas de viver a infância, buscando aproximar estudos de bebês e estudos urbanos. O presente artigo ainda aponta para importância de pesquisas que, ao considerarem os bebês como sujeitos relacionais, considerem as relações mais amplas e estruturais que envolvem suas vidas.

Palavras-chave: bebês, cidade, moradia, cuidado.

Bebés “ocupantes” de la investigación y de las ciudades: reflexiones sobre el derecho a la vivienda y al cuidado en la ciudad de São Paulo

RESUMEN El artículo presenta reflexiones, parte de una investigación de doctorado, en el área de Educación, en curso, que tiene como objetivo conocer el cotidiano de los bebés en una ocupación en el llamado centro de la ciudad de São Paulo, Brasil. En este texto, en particular, se parte de la idea de los bebés como “ocupantes” y se presenta una breve revisión bibliográfica, con el fin de identificar el lugar que ocupan en la investigación, en diferentes áreas del conocimiento, así como consideraciones sobre el lugar que ocupan en la ciudad. El viaje diario de un bebé, residente de una ocupación en el centro de São Paulo, a la guardería es tomado como lema de reflexión sobre el derecho a la ciudad y a la vivienda, cuidados y formas de vivir la infancia, buscando reunir estudios de bebés y estudios urbanos. El artículo también apunta a la importancia de investigaciones que, al considerar a los bebés como sujetos relacionales, consideren las relaciones más amplias y estructurales que involucran sus vidas.

Palabras clave: bebés, ciudad, vivienda, cuidado.

Babies “occupiers” of studies and cities: reflections on the right to housing and proper care in the city of São Paulo

ABSTRACT The article presents thoughts, snippet from a doctoral research, in progress, in the field of Education, with the objective of getting to know the day-to-day lives of babies from squatting families located in the so-called Downtown São Paulo, Brazil. This paper, in particular, starts off with the idea of babies as “squatters” and presents a brief literary review, with the intent of identifying their place in these articles, from different fields of knowledge, as well as considerations about their place in the city. The daily commute of a squatting baby in downtown São Paulo is used as basis for reflections on their rights to housing and to access to the city, to proper care and to means of living their childhoods, seeking to bring closer together both urban and baby-related research. The article also points to the relevance of studies that consider the wider structural relationships that encompasses babies’ lives, by seeing them as relational subjects.

Keywords: babies, city, housing, care.

DATA DE RECEBIMENTO: 28/02/2022

DATA DE APROVAÇÃO: 13/08/2022



Juliana Diamante Pito

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Docente do Núcleo de Educação Infantil Paulistinha da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil.

E-mail: juliana.pito@unifesp.br